

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2010**  
**(Do Sr. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA)**

Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre substituição de candidatos, nas chapas de coligações partidárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre substituição de candidatos, nas chapas de coligações partidárias.

Art. 2º O § 3º do art. 13 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 13.....

.....  
§ 3º Nas eleições proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até sessenta dias antes do pleito; tratando-se de coligação, somente poderá ser requerida pelo representante de que trata o art. 6º, § 3º, III, e com a autorização expressa da maioria absoluta de todos os partidos coligados. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, determina expressamente que as coligações partidárias devem funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários (art. 6º, § 1º). Trata-se de disposição que emana da própria natureza das coligações, reuniões de partidos com o fim específico de disputar as eleições em conjunto, como uma só agremiação.

A lei faculta aos partidos ou coligações substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo de registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado (art. 13, *caput*).

Tratando-se de substituição de candidato de coligação nos pleitos majoritários, exige-se que seja feita por decisão da maioria absoluta dos órgãos executivos de direção dos partidos coligados, podendo o substituto ser filiado a qualquer partido dela integrante, desde que o partido ao qual pertencia o substituído renuncie ao direito de preferência. Essa é a dicção do § 2º do art. 13.

Quanto à substituição de candidato às eleições proporcionais, há apenas referência ao prazo de sessenta dias antes do pleito para a apresentação do novo pedido (§ 3º do art. 13).

Cremos que a legislação foi omissa no que diz respeito à aprovação do nome do substituto, nas eleições proporcionais. Por essa razão, estamos propondo que se torne expressa a exigência da autorização do novo nome pela maioria absoluta dos partidos coligados, não se dispensando a intermediação do representante da coligação para o registro, por simetria com o tratamento legal dado à substituição dos candidatos majoritários. Assim, poder-se-á falar na “vontade da coligação”, entendida no processo eleitoral como um só partido, evitando-se que acordos anteriores sobre candidaturas sejam desrespeitados.

Com a medida ora sugerida, para a qual pedimos a aprovação dos dignos Pares, temos a certeza de que estamos colaborando

para o aperfeiçoamento de legislação eleitoral em nosso País.

Sala das Sessões, em de 2010.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA